

O feminismo abolicionista no *Instagram*: estratégias de um projeto de conhecimento resistente de mulheres negras em Minas Gerais¹

Nayara Luiza de SOUZA²

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

RESUMO

Tomando a organização do sistema carcerário como uma permanência racista da colonialidade, propõe-se, nesta pesquisa, observar quais estratégias de resistência epistêmica são utilizadas e desenvolvidas pelas mulheres do Grupo de Amigos e Familiares de pessoas em privação de liberdade de Minas Gerais (GAFPPPL-MG) para a criação de discursos abolicionistas que desafiam as narrativas de poder hegemônicas sobre a criminalidade. A análise exploratória das páginas do *Instagram* revelaram a diversidade das ações e a combinação do ativismo online e offline que se assemelham as estratégias de mobilização do “feminismo negro contemporâneo” (COLLINS, 2022).

PALAVRAS-CHAVE: feminismo negro; encarceramento; ativismo digital; mulheres negras; feminismo abolicionista.

Introdução

Em 1994 a banda de reggae e rock brasileira “O Rappa” lançava a música “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro” denunciando através da composição a seletividade racial e o racismo policial que tinha como alvo principal os corpos negros. Um ano antes, em 1993, Caetano Veloso e Gilberto Gil lançavam a canção nomeada como “Haiti” que trazia em suas linhas as frases: “E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo / Diante da chacina / 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos” (GIL, CAETANO, 1993). A música fazia, neste ponto da letra, uma referência ao “Massacre do Carandiru” ocorrido em 2 de outubro de 1992 em São Paulo (SP).

O número inicial de pessoas mortas na maior chacina em uma unidade prisional no Brasil divulgado pela Casa de Detenção Professor Flaminio Fávero era de oito detentos, o que foi reproduzido pelos primeiros ciclos de notícia sobre o caso, como observado por LEITE (2005). No banco de dados do Jornal a Folha de São Paulo a primeira manchete sobre o caso do jornal Notícias Populares é descrita como de “tímida repercussão” ocupando duas colunas que noticiava a morte de oito pessoas no Carandiru na seção do jornal dedicado a editoria de Cidades (“RX das Cidades”). Esse era, também, o número oficial repetido pelo então governador do estado de São Paulo Antônio Fleury.

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação antirracista, pensamento afrodiaspórico e interseccionalidades evento integrante da programação do 27º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2024.

² Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, e-mail: souza.nayaralu@gmail.com.

A narrativa jornalística sobre o caso começa a mudar no dia seguinte a partir das denúncias de parentes das pessoas que se encontravam em privação de liberdade no Pavilhão 9. Em 2022, ao noticiar que a decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal de manter a condenação dos policiais militares responsabilizados pelo massacre, o jornal *O Estado de S. Paulo*³ recuperou uma dessas fotos e reproduziu a seguinte legenda: “Multidão de parentes e curiosos lota a entrada da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, no dia 2 de outubro de 1992”. O Jornal Nacional do dia 03 de outubro exibiu uma reportagem sobre o caso com imagens do “motim” como o noticiário optou por referir-se ao acontecimento. Na matéria descrevia-se o desespero dos familiares que buscavam por informações da seguinte forma: “A angústia de toda essa gente, mães, irmãs, filhos e mulheres de presos é não saber ao certo quem morreu e quem está vivo”.

Em dezembro de 2022, em uma das postagens da então coordenadora da Organização da Sociedade Civil (OSC) Grupo de Amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade de Minas Gerais (GAFPLL-MG), Maria Tereza dos Santos, 64 anos busca tensionar as narrativas midiáticas sobre o tratamento das pessoas em privação de liberdade no estado mineiro. Na postagem do *Instagram* sobre a última reunião daquele ano entre *as familiares* de pessoas em privação de liberdade de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp) órgão do governo responsável pela gestão das instituições prisionais no Estado, a ativista explicita a atuação majoritária de mulheres como ela pelos direitos das pessoas em privação de liberdade no país.

“A reunião foi das familiares, e digo as familiares no feminino porque são as mulheres que permeiam as filas e passam por todos os tipos de descaso e humilhação nas portas das unidades prisionais” (SANTOS, 2022, s.p). A união do ativismo comunitário às redes sociais realizada por Dona Tereza, como é conhecida na comunidade onde mora em Contagem (MG), assemelha-se a proposta do feminismo contemporâneo de Collins (2019) assim como textos audioverbovisuais produzidos por ela em conjunto com as familiares no *Facebook* e no *Instagram*, podem constituir-se como “projeto de conhecimento resistente” (COLLINS, 2022) por tratarem-se de produção epistemológica interseccional do pensamento feminista negro que objetiva a justiça social.

³ <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/ministro-do-stf-mantem-condenacao-de-pms-do-massacre-do-carandiru/>

Ao observar a ação ativista online e offline realizada por Dona Tereza buscamos notar, as construções narrativas que procuram tensionar as coberturas jornalísticas sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais e o encarceramento em massa bem como destacar as construções epistemológicas do feminismo abolicionista realizado por mulheres negras neste contexto.

Fundamentação Teórica

A organização de mulheres, em especial mulheres negras no âmbito brasileiro e negras e latinas no contexto estadunidense, como aquelas que se mobilizam para tentar assegurar direitos básicos a pessoas em privação de liberdade e de ecoar debates públicos sobre o desencarceramento é um fenômeno identificado e descrito por Angela Davis, Gina Dent, Erica Meiners e Beth Richie (2023). Ao analisarem conjuntamente as organizações de mulheres no mundo as autoras destacam que a Pandemia da COVID-19 tornou ainda mais visível uma ação cotidiana de mulheres que lutam para combater a violência policial e o encarceramento negro.

A resposta de emergência ao surto da pandemia em Illinois foi articulada por grupos compostos em grande parte de mulheres de cor, pessoas *queer* e jovens. Antes da carreatas, essa rede informal convocou reuniões de planejamento, fez as agendas, as anotações, costurou relacionamentos, apressou os recursos necessários, conteve a logística do dia e instigou os relatórios de ação. Isso reflete a realidade pré-pandêmica: a sala de espera do presídio estava sempre cheia de mães, esposas, amantes, irmãs e filhas. As mulheres que esperavam para visitar agora ajudaram a organizar carreatas, entregar suprimentos de emergência e pedir o desencarceramento já! (DAVIS, DENT, MEINERS, RICHIE, 2013, p. 166).

Estados Unidos e Brasil são ao lado da China os três países que mais realizam a privação de pessoas através de modelos carcerários no mundo. Em relação aos dois países do continente americano pesa a realidade de serem aqueles com a maior população negra encarcerada no mundo. No contexto nacional, a Frente pelo Desencarceramento é uma das organizações que reúne iniciativas e associações por todo o país em enfrentamento ao Estado Penal. Uma dessas iniciativas organizada no Estado de Minas Gerais é a GAFPPL-MG que teve como coordenadora durante a Pandemia da COVID-19 a ativista Maria Tereza dos Santos.

Diante da impossibilidade de manifestações nas ruas e nas portas das unidades prisionais, e da proibição que os familiares visitassem seus entes a organização expandiu seu ativismo para as redes sociais em especial *Instagram* e *Facebook* não apenas

reivindicando os direitos das pessoas em privação de liberdade, mas também veiculando discussões sobre o encarceramento de pessoas negras e periféricas no país, sobre o abolicionismo penal, o combate a tortura e, também, os direitos das pessoas em privação de liberdade e de seus familiares.

Desse modo, acreditamos que as atividades de Dona Tereza podem ser associadas ao exercício do “feminismo negro contemporâneo” (Collins, 2022, p. 241). De acordo com Collins (2022) o feminismo negro contemporâneo tem unido o trabalho comunitário de ativismo das mulheres negras às estratégias políticas que utilizam os ambientes online como uma extensão do que é articulado nas comunidades geográficas.

O feminismo negro contemporâneo se autodefine explicitamente em termos interseccionais e se vale cada vez mais da solidariedade flexível como estratégia política dentro de suas práticas organizacionais. Esses conceitos de interseccionalidade e de solidariedade flexível aparecem tanto no espaço físico quanto no digital. (COLLINS, 2020, p.241);

Para a autora estadunidense a mudança do pensamento feminista negro no século XXI se manifesta em um aprofundamento dos laços entre as pensadoras negras do norte global e os feminismos da diáspora negra. Essa ampliação, para Collins (2019), tem expandido as conversas produzidas nas organizações comunitárias para o ambiente online considerando particularidades locais e heterogêneas de enfrentamento ao racismo e diferentes opressões de classe, raça, gênero e muitas outras. Um exemplo dado pela autora é o movimento *#Black Lives Matter (BLM)* _ Vidas Negras Importam_ que tem uma feminista negra como uma das fundadoras e utilizou a organização nas redes físicas junto com as da internet para expandir o alcance do movimento e publicizar os manifestos e manifestações da luta coletiva.

Dessa forma, o conceito de “projetos de conhecimento resistente” (COLLINS, 2022, p.200) abrange, para Patrícia Hill Collins, a reunião de conhecimentos epistêmicos, oriundos ou não do ambiente acadêmico, que tem dentre seus objetivos a justiça social. A autora cita como exemplos o pensamento negro feminista, as produções ligadas a decolonialidade, os feminismos, o pensamento negro radical e a interseccionalidade. Para a pesquisadora estadunidense esses projetos podem ser construídos a partir de produções acadêmicas de pesquisa ou ativistas de pesquisa, contudo, Collins (2022) ressalta que a interlocução ou mesmo a junção de ambos os espaços de produção de epistemologias de

resistência tende a ser mais eficaz diante das constantes autorreflexão que surgem frente às controvérsias que as diversas dinâmicas de poder ensejam.

Diante do exposto, tomando a organização do sistema carcerário como uma permanência racista do colonialismo, propõe-se, nesta pesquisa, observar quais estratégias são utilizadas e desenvolvidas pelas mulheres do Grupo de Amigos e Familiares de pessoas em privação de liberdade de Minas Gerais (GAFPPL-MG) no Instagram, em específico no perfil de Dona Tereza e do GAFFPL para a criação de um projeto de conhecimento resistente abolicionistas que desafia as narrativas de poder hegemônicas sobre a criminalidade/marginalidade.

Considerações metodológicas e recorte analítico

Assim na constituição do corpus de pesquisa, em uma primeira etapa realizou-se a coleta de dados através de pesquisa exploratória nas redes sociais do *Instagram* dos perfis @donateresa_ e @gafppl_mg e da página de Facebook Maria Tereza Dos Santos⁴ e do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade⁵. Na etapa da pesquisa exploratória foi efetuado o arquivamento e a seleção das publicações a partir de 14 de fevereiro de 2017, quando foi registrada a primeira postagem na página do *Instagram* de Dona Tereza. Esse período abrange a publicação de um vídeo viralizado em 2020⁶ que tem a ativista como enunciadora.

A esse corpus inicial especificamente às redes sociais utilizou-se das *hashtags* empregadas nas postagens para ampliação dos posts analisados tanto para apreensão das concordâncias quanto dissonâncias sobre as temáticas tratadas como sugerido por Moura (2019) que descreve as *hashtags* como um “marcador semiótico de pertencimentos sociopolíticos” (MOURA, 2019, p.163). Essa ampliação também ocorreu diante da observação de outras organizações e pessoas marcadas nas postagens iniciais.

A título de exemplificação dos resultados iniciais de pesquisa destacamos o vídeo de 2020, citado anteriormente, e que foi replicado em páginas no *Instagram*, pelo *Twitter*, chegando a ser veiculado no *Youtube* da Ponte Jornalismo. O vídeo foi publicado inicialmente no perfil do @desecarceramg em 14 de agosto de 2020, nele Dona Tereza

⁴<https://m.facebook.com/profile.php?id=100003564695931>, que ainda utiliza a página como estratégia.

⁵https://www.facebook.com/gafpplmg/?locale=pt_BR

⁶<https://www.youtube.com/watch?v=2ScXsvTqn5Y>

está em frente ao presídio de Ipaba, no município de Ipatinga em que ela fala para outros familiares e explica o ponto de defesa do movimento pelo desencarceramento chamado “nenhuma vaga a mais”:

“Dona Tereza que loucura é essa, o presídio ‘tá’ lotado, tem que construir mais presídio esparramar essas cadeia, meu marido tá dormindo no chão tem um ano, meu filho tem dois anos ano que tá preso dormindo na beirada do boi?” Quando cria uma vaga, cria dez pessoas para ocupar aquela vaga. Sabe essa vaga que a gente quer que ela seja criada para um familiar nosso ela vai servir para as gerações futuras. O dinheiro de criar vaga na cadeia deve ser investido na primeira infância⁷.

Através desse vídeo a ativista explica de modo pedagógico e acessível os pontos do abolicionismo penal e alcança, através da repercussão da sua manifestação, espaços midiáticos de discussão. Em suas redes sociais, Maria Tereza, registra ainda seu dia-dia, histórias de pessoas que passaram pelo sistema prisional, as ações que ela e o GAFPPL-MG realizam pela abolição das prisões e apresentações culturais. Nesse espaço ainda foram encontrados convocação de manifestações, ações solidárias, participação em audiências públicas, palestras em universidades e penitenciárias, além de reescritas de matérias jornalísticas a partir de um olhar antipunitivista em que a ativista busca rediscutir mensagens transmitidas pelo jornalismo hegemônico.

REFERÊNCIAS

COLLINS, P.H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAVIS, A., DENT, G., MEINERS, E. R., RICHIE, B. E. **Abolicionismo. Feminismo. Já**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LEITE, C. S. **Ecos do Carandiru: Estudo Comparativo de quatro narrativas do Massacre**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MOURA, M.A. Semiótica e ativismo *hashtag*: experimentações metodológicas. In: MARTINS, B.G., MOURA, M.A., PESSOA, S. C., VIANNA, G.M. (orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019.

BANCO DE DADOS DA FOLHA. **Há 25 anos massacre do Carandiru resultou na morte de 111 detentos**. 02 de out .2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/10/1923603-ha-25-anos-massacre-do-carandiru-resultou-na-morte-de-111-detentos.shtml>>. Acesso em 18/04/2024.

⁷ https://www.instagram.com/tv/CFkFvylALq_/?igsh=MWEzMHFoZHVjaXF1aQ==